



Eixo 5 - Saberes e práticas agroecológicas

A AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA DO SABER

Elder Quiuqui¹

elder111@hotmail.com

Crislândia Reis Brito²

crisgilide@gmail.com

Gilmario Almeida³

gilpjr.almeida931@gmail.com

RESUMO

Este artigo aborda o contexto atual da agricultura dentro de um processo de construção e resgate de práticas agrícolas baseadas em agrossistemas sustentáveis, que são frutos das lutas dos movimentos sociais e organizações do campo no âmbito de políticas públicas que reconheçam as práticas agroecológicas e a produção orgânica como sistemas de produção mais equilibrados e autossustentáveis. Dentro das discussões apresentamos as contradições do modelo do agronegócio, que se deu com a modernização da agricultura com a Revolução Verde em contraponto às práticas da agricultura feita em bases agroecológicas. Nesse contexto o desafio da transição agroecológica parte do princípio da busca por tecnologias alternativas em um processo de construção que passa pelo diálogo de saberes que permitirá a compreensão das relações ecológicas com as novas técnicas que utilizam as experiências de diversificação dos agrossistemas, estas realizadas amplamente pelos agricultores familiares que contribuem para organizar os grupos de produção em redes de cooperativas. Nesta relação, campesinato e agroecologia, se dá uma das principais frentes de enfrentamento ao agronegócio, que se reduz a produzir monocultivos com base na utilização dos pacotes tecnológicos. Assim trazemos experiências de um grupo de juventude campesina que se organiza no beneficiamento e processamento da produção de frutas na comunidade do Riacho da Onça no município de Monte Santo, Bahia, apresentando sua organização, conquistas e desafios que permite compreender a importância do trabalho coletivo e de como as redes de cooperação contribuem na organização dos trabalhadores do campo.

Palavras chaves: Agroecologia, agronegócio, campesinato, grupos de produção.

¹ Graduando do curso tecnólogo em Agroecologia, UFRB/EFASE

² Técnica em Agropecuária, EFASE, Graduando do curso tecnólogo em Agroecologia, UFRB/EFASE

³ Graduando do curso tecnólogo em Agroecologia, UFRB/EFASE

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi construído pelos educandos do Curso Superior de Tecnólogo em Agroecologia com o objetivo de trazer reflexões e contribuições sobre os saberes e práticas agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses da comunidade de Riacho da Onça, Monte Santo, Bahia, com destaque à atuação da juventude rural e as suas experiências agroecológicas em redes de cooperação que visam através do trabalho coletivo organizar grupos de produção.

As discussões têm como ponto de partida o atual modelo de agricultura e suas contradições e busca apontar um caminho seguro onde os agricultores de forma sustentável possam praticar a agricultura. A agroecologia proporciona de forma direta o diálogo com essas questões conflitantes que se apresentam nos dias atuais. Em um primeiro momento é feita uma discussão sobre o agronegócio: um modelo de contradições que iniciou com a modernização da agricultura a partir da Revolução Verde, que desde então tem gerado conflitos sociais entre camponeses e latifundiários e provocado significativas perdas de biodiversidade ameaçando a fauna e a flora local e global, com o uso intensivo de agrotóxicos, adubos sintéticos e o uso de sementes transgênicas que tem causado grandes transtornos ambientais.

Em um segundo momento, apresentamos a agroecologia a partir do processo de transição agroecológica que permitirá a recuperação gradual de agrossistemas degradados pelos modos convencionais de manejo, isto a partir de uma mudança de consciência e com o desenvolvimento e aplicação de tecnologias alternativas que possam contribuir no processo de diversificação desses agrossistemas. Nesse sentido, a transição é encarada com seus desafios como forma de garantir a sustentabilidade dos agroecossistemas. Nessa relação entre campesinato e agroecologia analisaremos as ligas camponesas e como a partir delas a organização dos trabalhadores contribuiu para o desenvolvimento da agroecologia. Hoje a produção agroecológica está fundamentada dentro da política nacional de agroecologia e produção orgânica, o que permite ao agricultor ter mais segurança na comercialização de sua produção. E por fim apresentamos as experiências vivenciadas pelos agricultores da região de Monte Santo no Sertão da Bahia, que por meio da diversificação de culturas e com a criação de animais de pequeno porte, tem conseguido desenvolver a agroecologia potencializando sua produção, garantindo uma renda mais equilibrada.

A agroecologia ganha força a partir do momento que os movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), passam a colocar a agroecologia como estratégia de luta ao modelo hegemônico do agronegócio.

2. AGRONEGÓCIO: UM MODELO DE CONTRADIÇÕES

Para entendermos o modelo do agronegócio e suas contradições, ressaltamos que o início desse modelo hegemônico de agricultura industrial se deu após o golpe de 1964 quando se inicia a modernização da agricultura brasileira. (STÉDILE, 2010) aponta que a industrialização da agricultura aconteceu com apoio estatal, constituindo os complexos agroindustriais que se denominaram como os padrões modernos de desempenho e produtividade. Com isso vem a Revolução Verde com a promessa falsa de acabar com a fome no mundo, este argumento em poucos anos caiu por terra, pois mesmo conseguindo aumentar a produção de grãos com a introdução de agrotóxicos no controle de pragas, uso de adubos sintéticos e de sementes híbridas não conseguiu fazer o enfrentamento a problemática da fome, porque a questão da fome não estava relacionada com a produção de alimentos e sim com a sua distribuição, sendo esta, resultado de desigualdades sociais. Contudo, este argumento logo foi declinando passando a exigir cada vez mais insumos externos na produção agrícola. A Revolução Verde nesse sentido trouxe grandes consequências para agricultura brasileira, pois além da degradação ambiental provocou o aumento da concentração de terra e dessa forma agravou os conflitos no campo. Segundo Stédile (2010, p.74) o “desenvolvimento capitalista no campo brasileiro caracterizou-se como um processo gerador de profunda desigualdade e altamente excludente”. Neste contexto milhares de camponeses foram expulsos do campo brasileiro. Outro aspecto negativo foi à implantação dos pacotes tecnológicos que introduziu na agricultura brasileira os agrotóxicos e os fertilizantes à base da formulação da composição de NPK que ampliou os monocultivos da soja, milho, cana de açúcar, algodão e entre outros.

Nos dias atuais o agronegócio é a nova face da agricultura industrial. É um sistema baseado nos grandes latifúndios, nas monoculturas e no consumo intensivo de agrotóxico e adubos sintéticos. Os agrossistemas modernos apresentam-se instáveis, com quebras e surtos recorrentes de pragas na maioria dos cultivos (ALTIERI, 2012).

Isso se dá por que a agricultura moderna, segundo Altieri (2012, p.25) “seja dependente de não mais que um punhado de variedades para suas principais culturas”. Isto afeta diretamente a estabilidade dos agrossistemas ameaçando a biodiversidade local e global. Esta ameaça veio a se intensificar com a utilização das sementes geneticamente modificadas. Nesse sentido, a agricultura industrial torna-se contrária a agroecologia, pois as culturas com transgênicos afetam fortemente a biodiversidade local, com a contaminação das culturas por genes modificados, contaminação do solo, água e ar pelos resíduos de agrotóxicos, perda de espécies de animais e plantas características de determinada região.

3. TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E SEUS DESAFIOS

O processo de transição agroecológica é o caminho reverso da Revolução Verde a ser percorrido na perspectiva de reconstruir agrossistemas mais próximos do natural. Assim mudar para a agroecologia requer assumir primeiro um processo de mudança de consciência, pois a agricultura atual se encontra engessada numa dependência dos agroquímicos sendo necessário dar as condições de equilíbrio ao agrossistema. Sendo assim, esse processo é desafiador diante de uma agricultura industrializada e de precisão que simplificou ao máximo a biodiversidade. Dessa maneira, a transição agroecológica parte do princípio da busca de tecnologias alternativas no processo de reconstrução, passando por um diálogo de saberes que permitirá resgatar conhecimentos construídos ao longo dos anos pelos agricultores, como o melhoramento das suas sementes, técnicas de adubação verde, plantio consorciado de culturas, época de plantio e de técnicas que permitem um melhor aproveitamento da área a ser cultivada. Sendo assim, a adoção do manejo agroecológico possibilita a realização dos processos biogeoquímicos equilibrando o agroecossistema com a diversificação de culturas, controle biológico de insetos pragas permitindo um ambiente onde esses fatores ocorram de forma natural (ALTIERI, 2012).

Para iniciar a transição agroecológica o agricultor necessita ir mudando suas formas de manejo como estratégia de construção de um sistema agrícola sustentável. O primeiro passo é reduzir o uso de insumos externos como agrotóxicos e adubos sintéticos e adotar a adubação de base orgânica com vistas a recuperar o solo em estado

degradado, para isso o incremento de matéria orgânica é muito importante contribuindo para sua proteção e para nutrir os microorganismos existentes no solo responsável por agregar e formar poros dando vida ao mesmo (PRIMAVESI, 2016).

Sendo assim, a transição agroecológica é o caminho para o desenvolvimento de experiências que permitam aos agricultores produzirem de forma diversificada gerando equilíbrio na renda familiar e possibilitando o acesso aos mercados livres, como feiras e mercados populares, criando grupos de produção.

4. CAMPESINATO E AGROECOLOGIA

Quando falamos de campesinato no Brasil, e principalmente na Região Nordeste, é muito oportuno falar das Ligas Camponesas e do seu papel na organização dos camponeses na luta pela terra e dos seus direitos. Esse movimento de grande importância para o campesinato brasileiro foi responsável pela articulação dos trabalhadores rurais dentro de um processo de luta pela reforma agrária que na época não apresentava possibilidades de transformação da realidade. Segundo Stédile (2010, p.35) “A reforma agrária – que, nessa fase, se determinou que fosse pregada pelas Ligas Camponesas – se resumia em umas poucas medidas que não representavam mudanças estruturais”. Nesse sentido o papel das Ligas foi fundamental para abrir novos horizontes no campo brasileiro. Assim sendo, podemos caracterizar o campesinato como uma classe que constantemente tem que lutar para alcançar os seus direitos.

“Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território” (COSTA; CARVALHO, 2012, p.115), onde irão desenvolver suas relações socioculturais e ambientais na prática da agricultura, respeitando valores e conhecimentos tradicionais. Dessa forma o campesinato tem em sua essência o desenvolvimento de uma agricultura baseada nos cultivos diversificados dando grande contribuição para a construção da agroecologia.

Os grossistemas possibilitam uma interação mais profunda entre agricultura e meio ambiente. Além do mais, em várias partes do mundo os agricultores preferem os sistemas integrados de produção baseados nos policultivos que são mais produtivos do que áreas cultivadas com monocultivos (ALTIERI, 2012), onde só se consegue um produto, por outro lado nos policultivos se obtém no mínimo dois produtos e se

consegue reduzir o gasto com insumos. Os sistemas agroecológicos, depois de concluído o processo de transição se tornam autossustentáveis ficando independente da entrada de insumos externos, a biodiversidade se torna muito alta, com isso os micro-organismos contribuem para que os ciclos biogeoquímicos possam acontecer, proporcionando a ciclagem de nutrientes e a proteção do solo.

Podemos afirmar que a agroecologia com o campesinato se deu o casamento perfeito. Na luta pela terra e no enfrentamento ao agronegócio a agroecologia se torna estratégica para fazer esse enfrentamento visto que somente o campesinato é capaz de produzir comida para alimentar a humanidade, já que o que o agronegócio produz basicamente soja e milho para exportação, que vai virar ração animal ou biodiesel. Outro fator importante é que a agroecologia tem a capacidade de reverter os efeitos do aquecimento global amenizando e até mesmo evitando suas maiores e mais drásticas consequências. Ela também consegue promover a autonomia do campesinato frente a uma agricultura industrializada e de alto custo de produção.

5. A POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Com o surgimento da revolução verde após a segunda guerra mundial, trouxe tecnologias que serviriam para alavancar a produção e acabar com a fome no mundo. Para isso seria preciso a adoção de muitos países aos pacotes tecnológicos impostos pela Revolução Verde, afastando os métodos tradicionais usados por agricultores há séculos.

A insustentabilidade do modelo atual de agricultura ditada pelo agronegócio é evidente em muitos aspectos. A degradação da natureza, o envenenamento do solo e das águas, o monocultivo de culturas voltadas para exportação, não supre a necessidade de segurança alimentar e nutricional tão almejada.

Devido a essas problemáticas, percebia-se a necessidade de um novo modelo de produção que se contrapusesse ao modelo predominante atual. A agroecologia veio como esse contraponto promovendo um novo modelo de agricultura com relações harmônicas com natureza, respeito aos conhecimentos tradicionais e produção de alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos.

Os efeitos e dados sempre negativos referente ao intenso uso de agrotóxicos feito pelo agronegócio e pressões exercidas pelos movimentos e organizações sociais a

favor da agroecologia, gerou um olhar mais crítico por parte dos consumidores e órgãos dos governos que em 2012 levou o governo federal a lançar Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, onde o primeiro ciclo se deu de 2013 a 2015 e teve segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013) um recurso de mais de 2,9 bilhões. Pouco quando comparando ao recurso destinado para o agronegócio em um período de três anos. O próximo ciclo de 2016 a 2019 envolverá uma ampla estrutura, como Ministérios, unidades setoriais e organizações não governamentais (ONGs), visando ações introdutoras nas áreas de transição agroecológica e da produção orgânica de base ecológica e integra as principais ações do governo federal em agroecologia e produção orgânica para esses quatro anos.

6. REDES DE ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS

As práticas e vivências agroecológicas surgiram desde a nossa antiguidade, por meio dos costumes e tradições dos povos originários da nossa terra, os camponeses incorporaram princípios e valores culturais, porém, a agroecologia é uma construção ainda recente ganhando força quando os movimentos sociais do campo como o MST passam a adotar a agroecologia como estratégia de luta ao modelo hegemônico do agronegócio, colocando-a como mais uma bandeira de luta na busca da soberania alimentar (ALTIERI, 2012), construindo novos conceitos e estudos voltados para esta ciência.

A agroecologia no início era chamada de agricultura alternativa e fazia oposição ao modelo da revolução verde. A agroecologia procura abranger inúmeras áreas, desde técnicas que não agridam a natureza indo ao resgate de culturas e costumes do nosso povo.

Hoje já existem cursos de nível médio e superior, uns já concluídos, outros estão em andamento, além da existência de cursos de mestrado e doutorado visando à profissionalização, capacitação e a qualificação dos filhos de camponeses e também militantes de movimentos sociais que acreditam em melhores condições de vida para a classe trabalhadora, produzindo de forma sustentável sem prejudicar o meio onde vivem. Outras formas de organizações também vêm dando base na construção deste

novo modelo, não só de produção, mas também de despertar um olhar mais crucial ao modelo capitalista que só explora e castiga os menos favorecidos.

Neste sentido, destacam-se as experiências das redes de cooperação que atuam conforme os princípios da agroecologia envolvendo diversos sujeitos, com destaque para a juventude rural que contribui para construir as bases de uma nova agricultura alicerçada no desenvolvimento sustentável que tem como princípios a produção de alimentos saudáveis, a soberania alimentar e territorial, preservação da biodiversidade, policultivos e controle biológico de pragas e doenças.

Essas experiências buscam dentro de um contexto regional pelo trabalho coletivo e a constituição dos Grupos de Produção e Resistência (GPR), que são grupos constituídos por camponeses, geralmente jovens, que fizeram a opção de permanecer no campo e buscam uma maneira de constituir sua renda ou mesmo aumentá-la. Com isso, se organizam nos grupos de jovens nas comunidades para de fato realizarem trabalhos coletivos, construindo um processo de cooperação entre si, desenvolvendo sistemas agroecológicos que se baseiam na agricultura, produção de hortaliças, caprinovinocultura, apicultura e também agroindústrias, com foco em frutas nativas da Caatinga como o umbu e o maracujá do mato e também de outras frutas, a exemplo da acerola que tem boa adaptação ao semi-árido baiano. Todas essas atividades realizadas nos GPRs contribuem para o fortalecimento da organização e cooperativismo juvenil, e consequentemente tem reflexos no meio que ele está inserido, seja em comunidade tradicional, assentamento ou outras formas de agrupamentos.

Um exemplo marcante de GPR que a juventude sempre esteve presente e atuante é o grupo da comunidade de Riacho da Onça, no município de Monte Santo na Bahia, localizado no Território de Identidade do Sisal, aonde vem atuando desde 2004 na produção e beneficiamento de frutas e contribuindo para gerar uma renda aos jovens que atuam diretamente no grupo e para os que estão vinculados indiretamente vendendo a matéria prima. O grupo tem sua organização baseado na autogestão, onde todos têm poder de decisão e realizam as mesmas tarefas dentro da organicidade do grupo.

Existem algumas conquistas e também muitos desafios a serem enfrentados pelo grupo. As conquistas se dão em vários aspectos: no social com a participação nas discussões da comunidade; no econômico, pois alguns jovens os têm como principal renda e outros como complementos de renda; no ambiental, pelo motivo que se entende que só através da preservação o grupo obtém benefícios com o tipo de produção com o qual se trabalha; no estrutural, por que o grupo hoje tem estrutura própria, pois antes o

espaço era cedido pela associação da comunidade; política, pois o grupo articulando-se com outros grupos, entidades parceiras e associações consegue a comercialização de seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e também nos mercado do município e na própria comunidade. Os desafios, porém, são bem quantitativos e abrangem principalmente a comercialização, pois não se tem uma certificação que permita abarcar de forma mais ampla o mercado e que discuta o problema do uso de agrotóxicos nas frutas que não são nativas e que vem de fora do município.

Algumas redes como a Rede GPR Brasil, a Cooperativa Regional de Agricultores/as Familiares e Extrativistas da Economia Popular e Solidária (COOPERSABOR), junto com outras organizações contribuem para o fortalecimento de organizações no campo que ajudam na economia e na formação da consciência política e ambiental dos sujeitos envolvidos na construção das redes de organizações.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim podemos concluir que a agroecologia não é só uma nova concepção de agricultura, ela é também uma estratégia de luta que propõe o enfrentamento ao modelo do agronegócio pelos debates que possibilitem mostrar as contradições do modelo hegemônico da agricultura industrial fundamentada dentro dos pacotes tecnológicos fechados baseados em produzir monoculturas com o uso de agrotóxicos, sementes transgênicas, adubos sintéticos e irrigação. Esse modelo tem provocado grande degradação ambiental, como perdas de solo e de biodiversidade levando a extinção muitas espécies de plantas e animais. Por isso se faz urgente a superação desse sistema de agricultura. Nesse contexto a agroecologia vem contribuindo para uma transformação na concepção de agricultura oferecendo novas tecnologias que estão ajudando na recuperação de solos degradados onde a vegetação nativa foi completamente retirada para a introdução de lavouras. Esta recuperação passa pelo processo de transição agroecológica. Podemos mencionar também que a organização dos agricultores na produção de conhecimentos como a prática do diálogo de saberes é um dos caminhos mais seguros no processo de conscientização contribuindo na formação de grupos de produção que se baseiam nos princípios da agroecologia. Sendo

assim, os cursos de agroecologia vêm contribuir na problematização e na formulação de respostas e soluções as questões aqui abordadas, e assim possam contribuir na construção de um novo modelo de agricultura que respeite as relações de trabalho com a natureza, garantindo a emancipação dos camponeses frente ao modelo hegemônico de agricultura.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

Brasil agroecológico. **Plano nacional de agroecologia e produção orgânica- Planapo**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo>>. Acesso em: 26 de abr. de 2017.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horacio Martins de. **Campesinato**, in CALDART Roseli Salete, PEREIRA Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo e FRIGOTTO Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina; STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento 1964-1990**. 2 ed. São Paulo: expressão Popular, 2010.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das ligas camponesas do Brasil (1969)**. A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas Camponesas 1954-1964. STEDILE, João Pedro (org.). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo, solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. 2 ed. rev. São Paulo, Expressão Popular, 2016.